

O DEBATE SOBRE ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: Uma Apresentação do Tema

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16487>

Valdir Roque Dallabrida¹
Pedro Luís Büttenbender²
Edemar Rotta³
Argemiro Luis Brum⁴

RESUMO

Este texto tem um triplo propósito: primeiro, introduzir o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento, apresentando argumentos de alguns autores e princípios que possam ser considerados balizas de um *corpus teórico sobre desenvolvimento com enfoque territorial*; segundo, referir-se a um conjunto de artigos, submetidos neste número da Revista Desenvolvimento em Questão, que tratam da abordagem territorial do desenvolvimento, destacando sua contribuição no debate do tema; terceiro, rememorar um conjunto de correntes teóricas que tenham convergência com a concepção de desenvolvimento territorial. Metodologicamente, portanto, trata-se de um texto com características tanto de ensaio, se considerarmos seu primeiro propósito, quanto descritivo-bibliográfico. O acesso a este artigo pode servir como guia de orientação e estímulo para a leitura dos demais artigos desta edição, além de evidenciar uma diversidade de eixos temáticos úteis para o aprofundamento do tema abordagem territorial do desenvolvimento.

Palavras-chave: território; abordagem territorial do desenvolvimento; enfoque territorial; desenvolvimento territorial.

THE DEBATE ON THE TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT: AN INTRODUCTION TO THE TOPIC

ABSTRACT

This text has a threefold purpose: first, to introduce the debate on the territorial approach to development, presenting arguments from some authors and principles that can be considered guidelines for a theoretical corpus on development with a territorial focus; second, to refer to a set of articles submitted in this issue of the journal *Desenvolvimento em Questão*, which deal with the territorial approach to development, highlighting their contribution to the debate on the topic; third, to recall a set of theoretical currents that converge with the concept of territorial development. Therefore, methodologically, this is a text with characteristics of both an essay, if we consider its first purpose, and a descriptive-bibliographical text. Access to this article can serve as a guide and stimulus for reading the other articles in this issue, in addition to highlighting a diversity of thematic axes useful for deepening the topic of the territorial approach to development.

Keywords: territory; territorial approach to development; territorial focus; territorial development.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

³ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Cerro Largo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>

⁴ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>

INTRODUÇÃO

A abertura de chamada para elaboração de um número especial sobre um tema em específico, em uma revista científica qualificada, como a *Desenvolvimento em Questão*, significa um convite ao diálogo aberto e propositivo com os pesquisadores que se dedicam ao estudo do mesmo. O tema “desenvolvimento com enfoque territorial”, ou “abordagem territorial do desenvolvimento”, vem mobilizando pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Assim, a partir de conhecimentos disciplinares ou de forma interdisciplinar, essas áreas têm buscado constituir um referencial epistêmico-teórico e metodológico capaz de dar suporte ao debate e ensejar estudos empíricos. Por mais que se tenha avançado percebe-se, no entanto, que se têm muito ainda por construir, especialmente em termos de elaboração de um instrumental metodológico adequado à análise na perspectiva territorial.

O presente texto serve de apresentação da Edição Especial da Revista *Desenvolvimento em Questão*, tendo como tema *Abordagem Territorial do Desenvolvimento: gênese, base epistêmica e enfoques teórico-metodológicos convergentes*. A organização desta edição contou com a colaboração de vários pesquisadores na composição do Comitê Editorial: Ademir Antonio Cazella – UFSC; Argemiro Luis Brum – Unijuí; Arilson da Silva Favareto – UniABC; Cidonea Machado Deponti – Unisc; Edegar Rotta – UFFS; Iván Geraldo Peyré Tartaruga – Universidade do Porto-Portugal; Marcos Aurelio Saquet – Unioeste; Mário Lúcio de Ávila – UnB – rede RETE; Mireya Eugenia Valencia Perafan – UnB; Pedro Luís Büttenbender – Unijuí; Valdir Roque Dallabrida – Bolsista Sênior CNPq – Unijuí e Redeteg.

Fazer alusão à abordagem territorial é conceber o território como referência fundamental ao se propor à análise de um determinado recorte espacial. Concebe-se o território como uma construção social resultante de acúmulos, herdados de um passado longínquo ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, as quais constituem o patrimônio territorial. A abordagem territorial do desenvolvimento, resumidamente, portanto, atende a um propósito central, tal seja, ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centrados em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, além de apresentar-se como uma condição para a realização de estudos territoriais que assumam a perspectiva interdisciplinar, multidimensional, multiescalar, da totalidade e da complexidade.

Antes de fazer alusão ao tema desta edição, é necessário situar o contexto sociocultural e acadêmico que serviu de motivação central para a sua proposição. Desde março de 2020, tendo início no período de interrupção das atividades acadêmicas causada pela Pandemia da COVID, a Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG) iniciou uma série de Seminários Temáticos de forma virtual (*Webinars*), contando com palestras de estudiosos do Brasil, de Portugal, da Espanha e de países latino-americanos. No decorrer dos *Webinars*, foi se agregando como apoiadores ou co-promotores, a *Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial* (RETE) e vários Programas de Pós-Graduação de universidades brasileiras e dos países abrangidos pela Redeteg. Dentre os temas tratados, dominou o debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, seja nas falas dos palestrantes, ou na interação com o público participante, sendo eles pesquisadores, estudantes da graduação e pós-graduação e público em geral.

Com isso, no decorrer da série de *Webinars*, o tema desenvolvimento territorial, ou temas correlatos, tais como, território, governança territorial e patrimônio territorial, foi sendo difundido entre as centenas de participantes, o que motivou, inicialmente, a integração de mais de trinta pesquisadores em um projeto de pesquisa chamado *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*, popularmente chamado de *Projeto ProPAT*. A execução do ProPAT oportunizou estudos, os tiveram como foco central a explicitação de pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento⁵.

No entanto, na medida em que o interesse no tema foi despertando e estudos foram realizados, constatou-se que o tema “abordagem territorial do desenvolvimento” merecia ser aprofundado, buscando sua gênese, suas bases epistêmico-teórico-metodológicas, bem como, os demais enfoques teóricos convergentes. Foi desse debate que resultou a iniciativa de professores que estavam na coordenação da Redeteg no Brasil procurou os editores da revista *Desenvolvimento em Questão*, propondo a articulação de uma Edição Especial sobre o tema. A revista, de pronto, aceitou e, as chamadas foram feitas, do que resultou a submissão de mais de trinta e seis artigos, dos quais, o Comitê Científico selecionou vinte e dois, que compõem a edição.

A estrutura do presente texto está disposta em três partes, cada uma delas com seu propósito: (i) a primeira, introduzir o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento, apresentando argumentos de alguns autores e princípios que possam ser considerados balizas de um *corpus teórico sobre desenvolvimento com enfoque territorial*; (ii) a segunda, referir-se a um conjunto de artigos, submetidos neste número da Revista *Desenvolvimento em Questão*, que tratam da abordagem territorial do desenvolvimento, destacando sua contribuição no debate do tema; (iii) a terceira, rememorar um conjunto de correntes teóricas que tenham convergência com a concepção de desenvolvimento territorial⁶.

Metodologicamente, trata-se de um texto com características tanto de ensaio, se considerarmos seu primeiro propósito, quanto descritivo-bibliográfico. O acesso a este artigo pode servir como guia de orientação e estímulo para a leitura dos demais artigos desta edição, além de evidenciar uma diversidade de eixos temáticos relevantes para o aprofundamento do tema em questão.

EM BUSCA DE UM *CORPUS* TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL

A introdução do debate

É aceito pela maioria dos autores que fazem referência à abordagem territorial do desenvolvimento, ou enfoque territorial, que, internacionalmente, uma das obras basilares foi a publicação de Bagnasco (1977), versando sobre a “problemática territorial do desenvolvi-

⁵ No decorrer do texto, se fará menção aos resultados da execução do Projeto ProPAT.

⁶ Este texto, além de servir como apresentação da Edição Especial, contribui no atendimento a uma das metas previstas no projeto de pesquisa “*Validação de metodologia com enfoque territorial e aproximações com abordagens convergentes*” (Chamada n. 32/2023 – Processo n. 171742/2023-0), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na forma de Bolsa de Pós-Doutorado Sênior, em execução no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado – Doutorado) da Unijuí.

to”, fazendo referência à experiência italiana. Mesmo que menos mencionado, nem por isso menos importante, outro economista chileno, Sergio Boisier, é uma referência latino-americana no debate sobre desenvolvimento territorial. Entre sua extensa obra, destaca-se uma publicação feita no Brasil na qual propõe a prática do desenvolvimento territorial a partir da construção do que ele denomina “capital sinérgico”, referindo-se à capacidade societal de promover ações dirigidas a fins coletivos e democraticamente aceitos territorialmente (Boisier, 1999). Há uma coincidência entre os dois autores por romperem com uma visão tradicional de desenvolvimento: a valorização dos fatores de caráter intangível presentes no território, a exemplo dos fatores socioculturais ou simbólicos.

Seria injusto, todavia, não mencionar o economista brasileiro Celso Furtado, pois boa parte de suas publicações converge com a postura teórica de superação da visão tradicional de desenvolvimento. Para mencionar uma de suas argumentações, Furtado (1982) afirma que

[...] sem embargo a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico (p. 149).

Ou seja, segundo a visão do autor, produz-se o desenvolvimento com intencionalidade, pois esse significa a gênese de formas sociais efetivamente novas. Onde é possível o exercício da capacidade associativa e a ação coletiva a não ser em um território? Há, portanto, neste autor, também, uma postura teórica que serve de geradora do que se convencionou chamar enfoque territorial ou abordagem territorial do desenvolvimento.

Outra contribuição importante é a do geógrafo Milton Santos (1996), que, ainda no final do século 20, destacava que o território seria a arena de mediação entre o mercado e a sociedade civil. Afirmava o autor que, por vezes, esse processo de mediação precisa ter um caráter protetivo ou de contestação, na medida em que as redes mercadológicas transportam as chamadas verticalidades, na forma de regras e normas egoístas e utilitárias, atendendo somente os interesses dos atores hegemônicos.

Dentre as diferentes publicações brasileiras, destacamos algumas que também dão ênfase ao foco do desenvolvimento no território: (i) Etges (2005), apresentando a noção atribuída ao território como paradigma do desenvolvimento territorial sustentável; (ii) Saquet (2018), ao referir-se à abordagem territorial, apresentando o território como componente fundamental do desenvolvimento de base local, cultural e ecológica, ressaltando a necessidade de qualificação da “consciência de classe e de lugar” na ativação de territorialidades voltadas para a cooperação, a solidariedade, a luta e a resistência política ante os interesses dos atores hegemônicos, nacionais e internacionais; (iii) Favareto e Lotta (2022), ao proporem o território como uma unidade cuja lógica é sempre dirigida pela disputa travada entre diferentes atores sociais pelo controle e uso de seus recursos, tangíveis e intangíveis, na qual operam várias interdependências (fatores endógenos e exógenos – sociedade e natureza – diferentes coalisões de forças sociais).

Parafraseando os autores mencionados, pensar o desenvolvimento tendo o território e seu patrimônio como referência implica compreender o ambiente territorial como lócus do exercício da capacidade associativa, voltada à promoção de ações direcionadas a fins coletivos e democraticamente aceitos localmente. Processos com estas características implicam o exercício

de poder territorial, que, caso necessário, promovam ações de contestação dos interesses exclusivamente de caráter mercantil dos atores hegemônicos, além de intermediar a disputa entre diferentes atores sociais pelo controle e uso dos recursos territoriais.

Da introdução do debate à proposição de avanços necessários

O economista José Eli Veiga (2002), ao fazer referência à “face territorial do desenvolvimento”, concluía que a retórica do “desenvolvimento territorial” era um pequeno avanço em relação à noção de desenvolvimento local, ou regional, no entanto questionava se teria superado as tradicionais divisões setoriais (primário, secundário, terciário) e um tratamento integrado da divisão espacial (campo x cidade). Mais de 20 anos depois, se considerarmos parte significativa da literatura que faz menção à categoria desenvolvimento territorial, não seria exagero afirmar que a dicotomia setorial, espacial e também dimensional não foi no todo superada, mesmo que apontemos os pequenos avanços havidos.

Essa suspeita é confirmada por Favareto *et al.* (2015), ao afirmar que, mesmo nas pesquisas, ainda é majoritário um enfoque normativo, prevalecendo o entendimento do desenvolvimento territorial como tentativa de intervenção. Assim, segundo os autores, poucos são os estudos dedicados ao entendimento do tecido social e econômico dos territórios e de como eles importam na moldagem da trajetória de desenvolvimento em longo prazo nesses espaços.

Em síntese, uma visão condizente com as interdependências e com a complexidade da trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo precisa ir além das abordagens da dicotomia, que marca boa parte da tradição da sociologia e da economia rural, ou do *continuum* presente em estudos de viés urbano sobre o espaço e o território, indo em direção a uma abordagem verdadeiramente relacional (Favareto *et al.*, 2015, p. 21).

Ampliando esse debate, Favareto e Lotta (2022) afirmam que as abordagens com enfoque territorial necessitam avanços, pois: (i) mesmo quando as políticas são chamadas de “territoriais” há um viés setorial nos investimentos e os territórios são tomados apenas como unidade de planejamento, como escala; (ii) ainda não se confere aos atores e às estruturas sociais locais um lugar ativo nos esquemas explicativos sobre as relações entre Estado, território e políticas públicas; (iii) mesmo que se perceba uma “inovação discursiva”, com a associação entre políticas públicas e territórios, ela ainda precisa ser aprimorada no âmbito científico com a criação de conceitos e quadros de análise que permitam operar substantivamente para além da mera justaposição dos territórios como simples objeto ou espaço de incidência das políticas públicas, como se verifica ainda hoje. Neste sentido, os autores propõem que o território seja considerado uma “categoria-síntese”, de natureza espacial, usada para delimitar uma unidade formada por sistemas sociais e pelos sistemas naturais, ambos, interdependentes⁷.

Já Carrière e Cazella (2003) afirmam que não se instala uma dinâmica de desenvolvimento territorial sem a criação ou o reforço de redes e de novas formas de cooperação. A criação de redes, pode ocorrer pela intensificação do intercâmbio entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas e órgãos públicos, tornando-se, assim, um componente essencial do

⁷ Esse debate é aprofundado por Favareto em artigo que faz parte desta edição da Revista Desenvolvimento em Questão.

processo de concepção de projetos de desenvolvimento inovadores em municípios, regiões ou territórios.

O desenvolvimento territorial pressupõe, assim, a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal forma que todos se beneficiem da “atmosfera” propícia à geração de iniciativas inusitadas (p. 37).

Poderiam ser mencionadas várias outras contribuições de autores brasileiros e de outros países que tratam o tema abordagem territorial⁸. Apesar da contribuição de tais publicações, considera-se que uma base epistêmico-teórica e um instrumental metodológico adequado à análise na perspectiva territorial, ainda apresentam-se como desafios não enfrentados de forma efetiva.

Foi exatamente com o propósito de avançar no debate sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento que entre 2021 e 2023 foram realizados estudos (Projeto ProPAT)⁹, tendo como objetivo central elaborar estudos, propor e validar um referencial metodológico com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que permitam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Os estudos realizados no Projeto ProPAT foram inspirados por reflexões constantes em publicações anteriores, em especial três delas: Dallabrida (2015) e Dallabrida (2020a,b).

Inicialmente, do Projeto ProPAT resultaram duas publicações: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), na qual são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos em relação à abordagem territorial do desenvolvimento; e (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Uma primeira etapa do Projeto ProPAT foi encerrada em 2023, com publicações em periódicos (Dallabrida *et al.*, 2023a)¹⁰ e de um livro (Dallabrida *et al.*, 2023b)¹¹.

Dos estudos realizados no Projeto ProPAT, o principal resultado foi a proposição de um índice de mensuração do estágio de ativação dos recursos e ativos territoriais para servir de referência na prospecção de estratégias de desenvolvimento territorial. Trata-se do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap)¹².

A proposta de Imap está sustentada em um conjunto de princípios com base no referencial epistêmico-teórico utilizado no Projeto ProPAT. Tais princípios podem ser considerados balizas de um *corpus teórico convergente com o enfoque territorial*, tendo reflexos na perspectiva analítica exigida em uma análise espacial, da mesma forma com implicações metodológicas. Dentre um conjunto extenso de princípios, seis deles são considerados essenciais: (i) *sustentabilidade ambiental*: priorização de alternativas que possam ter replicabilidade ininterrupta

⁸ Em Dallabrida *et al.* (2023a,b) faz-se referência a um conjunto significativo de publicações que tratam do tema.

⁹ Trata-se do processo de estudos realizado no contexto do projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento de territórios e regiões* (CNPq).

¹⁰ Destaca-se a publicação de dois dossiês temáticos, um em 2022, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (v. 18, n. 1) e outro em 2023, na Revista Desenvolvimento em Questão (ano 21, n. 59).

¹¹ Em 2023 venceu-se a etapa de proposição do referencial teórico-metodológico, posto que sua validação fará parte da segunda etapa de estudos, prevista para 2024 e 2025.

¹² Conforme sintetizado em Dallabrida *et al.* (2023b) e no dossiê publicado na Revista Desenvolvimento em Questão (ano 21, n. 59).

ta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação; (ii) *inclusão e equanimidade*: priorização de alternativas que atendem a um maior número de beneficiários, com uma atenção especial aos povos tradicionais e populações expropriadas de seu modo de vida, na perspectiva da equanimidade pessoal e espacial; (iii) *inovação*: priorização de alternativas de solução dos desafios que atendam à perspectiva da inovação e criatividade; (iv) *totalidade*: priorização do respeito às especificidades territoriais, no entanto analisar soluções e alternativas que considerem a realidade de forma integrada e contextualizada (regional, nacional, mundialmente); (v) *multidimensionalidade*: priorização de soluções e alternativas que atendam à perspectiva da multidimensionalidade, considerando suas possíveis articulações e conexões; (vi) *autonomia*: priorização de soluções e alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, permitindo a expressão das suas especificidades (Dallabrida, 2022).

Em síntese, tais princípios são referenciais que delimitam um campo de estudo convergente com a abordagem territorial. Assim, entende-se que, com as reflexões iniciais deste texto, complementando-se com as de um conjunto de textos selecionados para esta edição, está-se dando um passo importante na tentativa de estruturação de um *corpus teórico sobre desenvolvimento com enfoque territorial*.

CONTRIBUIÇÕES DOS ARTIGOS DESTA EDIÇÃO ESPECIAL PARA APROFUNDAR O DEBATE SOBRE A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

A presente edição da Revista Desenvolvimento em Questão acolhe um conjunto de artigos que se propõe ao debate epistêmico-teórico-metodológico, além de análise de experiências, tendo como temática a abordagem territorial do desenvolvimento. O propósito da chamada de artigos foi oportunizar aos pesquisadores, estudantes, administradores públicos e privados, apropriarem-se com maior profundidade dos parâmetros epistêmico-teórico-metodológicos, além de aprofundar a compreensão sobre os desafios da prática da abordagem territorial. A seguir são listados os artigos, com uma síntese da sua possível contribuição no debate do tema em questão.

- **Abordagens do desenvolvimento territorial: emergência e perspectivas recentes** – o texto traz um histórico de como se constituiu a ciência regional e como a questão territorial surgiu na literatura internacional, para, depois, discutir as dinâmicas territoriais que operam em torno da noção de “recurso territorial”.
- **O mundo biorregional urbano em construção: a abordagem territorialista ao planejamento e *design* biorregional** – a partir da experiência de planejamento italiana as autoras dão destaque à “metodologia territorialista”, propondo a “patrimonialização dos recursos territoriais”, redesenhando o território, seguindo o “modelo biorregional”.
- **O giro territorial e os usos fortes e fracos da associação entre território e políticas públicas** – o texto inicia afirmando que houve uma certa banalização no uso da abordagem territorial, além do fato de que os territórios são tomados passivamente, apenas como lugar de incidência das políticas públicas, apresentando diferentes padrões de situações.

- **O território para além da construção social: síntese sujeito – cosmo e envolvimento a favor da vida** – o autor afirma que a categoria território é utilizada de maneira superficial, confusa e inadequada, tendo em vista sua complexidade, propondo a integração entre ciência, saberes populares e originários em cada processo de envolvimento territorial.
- **Governança territorial e comuns: nova perspectiva para uma governança colaborativa** – o autor afirma que os mecanismos de governança territorial colaborativa, construídos como bens comuns, têm papel importante na organização da ação coletiva, sugerindo maneiras de renovar a ação pública, com destaque ao papel dos facilitadores.
- **Transversalidade e multidimensionalidade como foco da ação territorial: a experiência de Rafaela na Argentina e o Projeto ProPAT no Brasil** – no texto, a transversalidade é entendida como a ação territorial que tem a capacidade de integrar diferentes dimensões ou perspectivas disciplinares de forma horizontal, fazendo referência a duas experiências (Rafaela-Argentina e Projeto ProPAT-Brasil).
- **Sinais distintivos de mercado e desenvolvimento territorial: consensos e dissensões** – o autor afirma que a criação de sinais distintivos de mercado (exemplo: IGs), é tomada, por vezes, sobejamente, como nova via para o desenvolvimento dos territórios e o fomento à inovação e à coesão social, merecendo uma reflexão crítica.
- **Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros** – o texto trata da chamada Renda de Qualidade Territorial como alternativa ao desenvolvimento territorial, resultante do rendimento diferenciado de bens e serviços com especificidade territorial, referindo-se aos estudos originais na França e potencialidades no Brasil.
- **Desenvolvimento territorial em perspectiva: governança territorial e cesta de bens e serviços territoriais (CBST) na literatura brasileira** – reafirmando que o referencial teórico-metodológico da CBST e sua influência no desenvolvimento territorial depende da sinergia de iniciativas multiautores, o texto analisa a literatura brasileira para compreender o papel das diferentes configurações de governança territorial.
- **Enfoque sistêmico e inter-escalar del desarrollo regional y territorial rural: Abordajes, experiencias y aprendizajes en América Latina** – o texto faz uma sistematização dos debates conceituais e metodológicos sobre desenvolvimento como processo sistêmico, multi e interescolar na América Latina, comparando e avaliando experiências territoriais sistematizadas, buscando identificar suas implicações nas políticas públicas e processos de governança.
- **Interfaces do agroturismo com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais** – o texto analisa a relação entre o agroturismo e a valorização de recursos territoriais específicos na forma de CBST, fazendo referência a uma experiência na Serra Catarinense, destacando desafios decorrentes da ação de empreendedores externos e sua frágil articulação com as iniciativas locais.
- **Paisagem e desenvolvimento sustentável em territórios montanhosos** – uma alternativa às estratégias tradicionais de desenvolvimento na base de capitais exógenos é valorizar produtos e serviços locais identificados com o território, a

exemplo da promoção do desenvolvimento sustentável em territórios montanhosos, é o que o artigo propõe.

- **Escuta e dimensão sonora na experiência territorial** – este ensaio apresenta e discute o aspecto sensorial e afetivo na relação com o território, especificamente no que diz respeito à experiência da escuta e dos ambientes sonoros, atentando à importância de levar tais aspectos em conta nas pesquisas com enfoque territorial.
- **Festas e feiras de sementes crioulas: construção de práxis de resistência ante a agricultura convencional** – o tema feiras de sementes crioulas é tratado no texto como espaços de troca de saberes, articulação de ações na defesa da agroecologia e da agrobiodiversidade, além de se tornarem arenas da práxis territorial e espaços contestatórios ao modelo de agricultura convencional.
- **Por uma “rebelião epistemológica”: notas sobre desenvolvimento e planejamento urbano na perspectiva de intelectuais indígenas e quilombolas** – a revisão bibliográfica sintetiza o olhar de intelectuais indígenas e quilombolas sobre o desenvolvimento e planejamento urbano, ampliando a discussão decolonial e contracolonial, propondo um padrão em que a natureza e a cultura estejam entrelaçadas.
- **Mercados imersos como promoção de desenvolvimento territorial: o caso do território quilombola Ribeirão Grande/Terra Seca** – o artigo ressalta que no debate sobre singularidade e valorização de produtos e serviços de territórios aparece o tema mercados imersos, posto que, pela análise de um território rural quilombola, constatou-se protagonismo feminino, apoio à sustentabilidade e fortalecimento da governança.
- **Metodologia participativa para construção de uma cesta de bens e serviços territoriais** – empregando metodologia participativa de inventário e qualificação de recursos territoriais específicos, o artigo relata estudo realizado no município de Paulo Lopes a fim de embasar a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, como uma estratégia para inovação social e ambiental.
- **Capacidade da governança pública territorial de envolver o turismo de base comunitária no desenvolvimento local sustentável: uma análise do caso de Paraty/RJ** – esse tipo de turismo é visto no artigo como modo de gestão do turismo voltado ao desenvolvimento local, no caso de Paraty, mostrando que o alcance pleno tem dependido da interação com outros atores territoriais, além de avançar na perspectiva da copromoção do desenvolvimento endógeno e sustentável de territórios.
- **Desenvolvimento territorial por meio da construção da cesta de bens e serviços: perspectivas do turismo rural em Porto Vera Cruz/RS** – o turismo rural como impulsionador do desenvolvimento territorial na medida que consiga envolver setores da cadeia produtiva local e estimular uma gama de produtos e serviços do tipo CBST, é o que discute o artigo, como um estudo prospectivo em um município do RS.
- **Proposta metodológica para avaliação de eventos criativos em municípios como recurso de desenvolvimento local** – o artigo inicia afirmando que a dimensão cultural dos territórios precisa ser considerada no processo de desenvolvimento local e regional, com destaque para a economia criativa, no entanto constata que os municípios têm dificuldades de mensurar os resultados e para o que é proposto um modelo metodológico.

- **Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: uma análise da PNDR e da PNOT** – artigo objetiva compreender as trajetórias, destacar os objetivos e os avanços alcançados ao longo dos anos, verificar as similaridades e as diferenças e estudar as possibilidades futuras das políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial no Brasil.
- **Compreendendo a territorialidade da governança urbana: A rede, os laços e as teias em Florianópolis** – o artigo resulta de estudo que tem como objetivo compreender a governança urbana de Florianópolis a partir da ação multiatores, buscando contribuir com uma perspectiva territorializada e situada da governança pela identificação e análise de suas redes, laços e teias.

CORRENTES TEÓRICAS CONVERGENTES COM A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

São mencionados, na sequência, as principais correntes teóricas que apresentam significativa convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento ou enfoque territorial, contemplando uma rápida síntese e alguns indicativos de leitura. Dentre essas correntes teóricas está a abordagem sobre “cesta de bens e serviços territoriais” e “renda de qualidade territorial”. Estas duas correntes são abordados em artigos da presente edição, o que torna desnecessário fazer menção ao tema nesta parte do texto.

Paradigma Biorregional: do Biorregionalismo ao Ecoterritorialismo

Epistemologicamente, a noção de Biorregionalismo sintetiza uma relação integrativa e histórica do humano com o ambiente. Segundo a literatura sobre o tema, foi Peter Berg quem, na década de 60 do século 20, cunhou o termo “*Bioregionalism*” para se referir a uma ecologia das interações humanas com o lugar (ambiente), considerando suas especificidades biorregionais. Já Ecoterritorialismo é uma expressão gestada em estudos e pesquisa/ação realizados na Escola Territorialista Italiana a partir da década de 90. Segundo essa noção, o território e sua patrimonialização são considerados centrais como alternativas aos processos de desterritorialização e urbanização hegemônica promulgados pela globalização econômico-financeira como opção no planeta Terra. A fundação, em 2011, da Sociedade Territorialista na Itália, fortaleceu a natureza multidisciplinar da abordagem, propondo como seu componente operacional a ferramenta “biorregião urbana”. O prefixo “eco” denota a prioridade dada à questão ecológica, às relações entre humanos e não humanos, seres vivos e não vivos, nos processos de regeneração dos lugares do mundo que estamos tentando ativar (Silva, 2023).

Um dos principais propositores da noção do paradigma biorregional, Magnaghi (2020) afirma que o território é o “bem comum” por excelência, envolvendo cidades – pequenas, médias e grandes –, aldeias e vilas, sistemas agroflorestais e ambientais, infraestruturas urbanas e rurais. Assim compreendido, o território constitui-se num verdadeiro ser vivo, cujos genes, personalidade e beleza são o resultado de processos coevolutivos entre o assentamento humano e o ambiente sedimentado ao longo da história. O princípio territorial dialoga com uma perspectiva interdisciplinar e com uma ação territorial multiatores. Ao apontar esta perspectiva, o autor propõe “regressar ao território” como um ato político, sendo o seu planejamento orientado por novas formas de “democracia comunitária”, como uma saída

possível para superar o divórcio entre natureza e cultura, que nos levou à alienação representada pelo crescimento ilimitado. Regressar ao território – à terra, às montanhas, à urbanidade, aos sistemas socioeconômicos locais – significa redescobrir as regras que nos permitem lidar com a produção do espaço como “ambiente do homem”, segundo métodos capazes de abordar estrategicamente também a profunda crise ecológica global que estamos vivendo. Conclui o autor reafirmando a necessidade de crescimento da “consciência do lugar”, a qual vai do reconhecimento coletivo dos valores patrimoniais à integração das culturas hidráulica, ambiental, urbana, agroflorestal, energética e produtiva num projeto biorregional, constituindo-se, assim, em importante indicativo para orientar a construção de uma futura “civilização ecoterritorialista”.

No âmago do paradigma biorregional, vários eixos temáticos convergem com o enfoque territorial do despendimento, ou abordagem territorial, tais como: da região natural à biorregião, planejamento biorregional, serviços ecossistêmicos, ecologia humana, paisagismo sustentável, geodiversidade e agroecossistemas, patrimônio e patrimonialização territorial¹³, vulnerabilidades socioambientais, alternativas ao colapso ambiental, mosaicos de áreas protegidas, entre outros. Para o estudo destes temas sugerimos algumas outras referências: Magnaghi, 2023; Martins, 2017; Marzocca, 2023; Poli, 2020. Todos esses são temas que dialogam com a abordagem territorial do desenvolvimento.

Por fim, é importante mencionar três publicações, introduzindo uma temática que, em parte, dialoga com a perspectiva de uma “civilização ecoterritorialista” e o “paradigma biorregional”.

A primeira, Rivera Cusicanqui (2018), associando a discussão sobre o paradigma biorregional ao desafio da descolonização cultural¹⁴, refere-se, em especial, à postura colonialista que ainda impera na relação das elites sociais e governos latino-americanos, com sociedade indígena. Afirma que “índios/as somos todos/as enquanto pessoas colonizadas” e que descolonizar-se é deixar de ser índio/a e tornar-se gente. Refere-se ao “colonialismo interno”, que afirma estar ainda presente nos países latino-americanos, como uma reprodução do colonialismo histórico, próprio das sociedades de castas. A aderência de sua argumentação com o paradigma biorregional está expressa ao manifestar o desejo de ver “um mundo de biorregiões”, não de nações, de bacias hidrográficas, não de regiões ou províncias, de cadeias de montanhas, não de cadeias de valor, de comunidades autônomas, não de movimentos sociais.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021), ao tratar o tema “território e descolonialidade”, afirma que de(s)colonizar, mais como verbo do que como substantivo, é, ao mesmo

¹³O tema patrimonialização é tratado de diferentes formas. Sua maior aproximação com o tema abordagem territorial do desenvolvimento, no entanto, ocorre na medida em que se constitui num processo de atribuição de valor e reafirmação do sentimento de pertencimento coletivo, contribuindo na tessitura dos territórios, reafirmando sua dimensão identitária (Di Méo, 2014), envolvendo tanto a caracterização patrimonial do território quanto a caracterização territorial do patrimônio (Martínez Yáñez, 2008), servindo, assim, de estímulo à solidificação e à evolução dos sistemas territoriais de produção. O tema é tratado com essa acepção pelas autoras italianas Daniela Poli e Giulia Luciani em um dos artigos desta edição.

¹⁴Esse tema, em geral, é tratado pelo chamado “giro decolonial”, enfoque teórico que é abordado por diferentes autores, no entanto versando sobre uma mesma problemática: opõe-se às posturas colonialistas. Dependendo do autor, por vezes utiliza-se o termo “decolonial/decolonialidade”, outras vezes “descolonial/descolonialidade”. Para clarificar o sentido do uso de um ou outro termo, com suas derivações, sugere-se uma publicação com textos de mais de uma dezena de autores referenciais – Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) –, um livro que está disponível para acesso livre. Outra publicação sobre o tema é de uma autora brasileira: Balestrin (2013). Há autores que fazem críticas quanto ao enfoque dado ao tema: Silva (2024).

tempo, uma perspectiva de olhar/ler e de vivenciar/praticar o mundo. Em outras palavras, a de(s)colonialidade, muito mais que resultado de uma exigência acadêmica, um novo paradigma ou “corpo teórico”, é uma demanda da vida de pessoas/grupos reais que nos convocam como parceiros em busca não apenas de respostas, mas também de ações concretas que (n)os auxiliem na construção de um outro mundo, ou na abertura de horizontes para outros mundos possíveis. Faz referência ao que chama de “pecados originais” do sistema capitalista moderno colonial, tais como a exploração econômica privatista e a mercantilização crescentemente universalizadas, a opressão político-cultural (ou racista-patriarcal) de um modelo civilizatório padronizado, e a expropriação da vida e da natureza que elimina culturas e a biodiversidade. Conclui que, considerando estes aspectos, descolonizar é, na prática, um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo. Descolonizar pode ser ainda mais do que “descapitalizar”, no sentido de lutar contra a des-ordem do capital, a exploração econômica e o aniquilamento de subjetividades, inerentes à “colonização” de todas as esferas da vida promovidas por este sistema.

Já Dorrico, Danner e Danner (2022) ao referirem-se à descolonização africana e ao que está ainda presente na literatura indígena brasileira, dando destaque à questão cultural, arrazoam que: (i) o colonialismo é o eixo estruturante da produção do/a negro/a e do/a índio/a enquanto minoridade racialmente justificada, levando à sua invisibilização e ao seu silenciamento; (ii) a descolonização, que somente pode ser feita pelo grupo-sujeito colonizado, confere todo protagonismo a esse mesmo grupo-sujeito menor que, desde essa condição como chaga e estigma racialmente fundado, publiciza sua voz e dinamiza sua práxis crítico-emancipatória; (iii) a produção estético-literária passa a ser o lugar de autoconstituição normativa e de tematização das condições epistêmico-políticas que produzem-reproduzem as minorias político-culturais, tornando-se instrumento político basilar de enfrentamento do eurocentrismo-colonialismo-racismo. A descolonização, ao enfatizar a voz e o protagonismo do e pelo grupo-sujeito menor, desconstrói a ideia naturalizada de negro/a, índio/a, branco/a etc., mostrando-as como politicidade, relacionalidade, normatividade e historicidade.

As reflexões teóricas propostas pelos autores Rivera Cusicanqui, Hasbaert e Dorrico, Danner e Danner, portanto, tratam-se de contribuições significativas para se pensar na possibilidade de um outro mundo, com maior atenção ao território e às pessoas que nele residem, com maior respeito à natureza, com menos regiões e mais biorregiões.

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (SSP) tem como seu principal autor Hassam Zaoual (2010, 2006a,b), Latouche, Nohra e Zaoual (1999) e Panhuys (2006), dentre outros. Para Thiollent (2003), a teoria articula conhecimentos da filosofia, da economia e das ciências sociais, na perspectiva de uma crítica radical aos modelos de desenvolvimento imposto pelos países ricos aos demais, além da denúncia da falência dos modelos de desenvolvimento transpostos aos demais, em que o livre-mercado se impõe sobre as demais dimensões da vida humana, tais como as diferentes culturas, a diversidade e o respeito ao meio ambiente.

Para Zaoual (2006a, p. 32), “... cada sítio é uma entidade que impregna o conjunto da vida em dado meio”. Inclui as crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes e inconscientes, além das ritualizações. Juntam-se a estes aspectos imateriais os conhecimentos empíricos e/ou teóricos e todo o saber social acumulado durante a trajetória histórica

da população residente. Ou seja, os atores territoriais operam segundo seu saber-fazer, suas técnicas e modelos próprios de ação.

Estudos no Brasil, a exemplo de Dorigon (2022), associam a noção de SSP com abordagens convergentes, tais como sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e Renda de Qualidade Territorial (RQT). Enquanto o enfoque da CBST tem por base a identificação e a valorização via mercados das especificidades dos recursos e ativos territoriais, os quais podem gerar uma RQT, na abordagem dos SSPs, a estrutura imaginária de coordenação econômica e social permite integrar diferentes dimensões, sendo os mercados apenas uma delas. O autor considera que o sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura ganha relevância e pode ser incorporado a produtos e serviços que valorizam atributos territoriais, tais como as paisagens, o saber fazer, a cultura, a trajetória e a história de determinados grupos sociais. Em experiências desta natureza reafirma-se a relevância de práticas qualificadas de governança territorial.

O Ecomarxismo

A vertente ecomarxista é a que entende ser necessário reconceituar categorias analíticas do marxismo de modo a dar conta da questão ambiental no capitalismo. Refere-se, em especial, à tendência do sistema de produção capitalista de devorar, dispor e degradar a natureza a ponto de ameaçar as condições materiais básicas da reprodução humana, em virtude de que, nos seus diferentes momentos da transformação – extração, refinamento, distribuição e uso –, o setor produtivo provoca diferentes formas de exaustão de recursos e poluição. Trata-se, em síntese, da referência à apropriação autodestrutiva do espaço e da natureza exterior, ou seja, do meio ambiente, por parte do capitalismo. O Ecomarxismo defende a superação de tais situações (Dallabrida, 2017).

Assim, o ecomarxismo, ou ecossocialismo, defende que a expansão do sistema capitalista é a causa da exclusão social, da pobreza, da exploração e da degradação ambiental. Esta argumentação está sustentada na clássica afirmação de Carl Marx de que a natureza é fonte de riqueza para o capital; assim, as duas fontes de onde emana toda a riqueza seria a terra e o trabalhador. Associa-se à chamada “mais-valia”, apropriada pelo empregador por meio de pagamento de salários, e à apropriação da natureza para fins unicamente de acumulação de capital (Montmeller-Filho, 2000)¹⁵.

O principal ponto de convergência desta corrente teórica com a abordagem territorial é sua visão sistêmica e não economicista sobre desenvolvimento, além da forte associação com a questão ambiental.

O Ecofeminismo

O movimento ecofeminista sustenta-se na defesa do meio ambiente na perspectiva de contribuir na sustentabilidade ambiental das comunidades, nas dimensões social, econômica e dos componentes naturais. O termo ecofeminismo surge na França, na década de 70 do século 20, com a fundação do movimento Ecologia e Feminismo. A relação entre ciência, mulher e

¹⁵Outras referências sobre o tema: O'Connor (2000); Mies; Shiva (2021) e Hernández (2010).

natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista, destacando semelhanças entre feminismo e ecologia, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico a partir de uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação (Dallabrida, 2017).

Os princípios gerais do ecofeminismo são assim descritos: (i) do ponto de vista econômico, haveria uma semelhança entre a forma como o pensamento ocidental vê as mulheres e a natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da natureza se originariam da mesma lógica: o interesse na redução de custos e acumulação de capital; (ii) o entendimento de que a sociedade sem a exploração da natureza seria condição necessária para a libertação da mulher; (iii) a argumentação de que as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico não têm sido neutras do ponto de vista de gênero e ambiental, tendo, assim, apresentado, historicamente, uma tendência à exclusão da mulher das áreas do conhecimento, logo não contemplando sua visão de mundo (Siliprandi, 2000).

Vandana Shiva (1991) avançou nas discussões, demonstrando, por estudos realizados na Índia, como a violência contra as mulheres e a natureza tinha origem em bases materiais. Assim, as formas de dominação sobre os povos, por meio das quais se orientavam os programas de desenvolvimento com destruição da natureza, teria como consequência a deterioração das condições de sobrevivência das mulheres, por exemplo, por intermédio da extinção das fontes de água, alimentos e biodiversidade.

Já Puleo (2019) sustenta que a crítica feminista da ciência alcança a sua máxima intensidade com a teoria ecofeminista, porque, nesta, a análise do androcentrismo¹⁶ associa-se à tentativa de superação do antropocentrismo. Assim, ecofeminismo propugna um modelo científico que substitua o paradigma do domínio da natureza próprio do complexo tecnocientífico hegemônico. Ao considerar que ainda existe uma lacuna de gênero no mundo da ciência, a autora afirma que o paradigma epistemológico moderno da separação sujeito/objeto e da repressão dos sentimentos, imprime um viés androcêntrico às práticas consideradas científicas, favorecendo uma visão distorcida e cindida de natureza e humanidade.

O ecofeminismo converge com a abordagem territorial em vários aspectos, e, em especial, trata-se de uma visão de desenvolvimento sustentada nos princípios da sustentabilidade ambiental, da inclusão e equanimidade, além de propugnar uma nova visão de mundo, que supere o domínio da natureza pelo padrão tecnocientífico hegemônico.

O enfoque sobre Ecovilas

O termo Ecovilas, em geral, é utilizado para se referir a pequenas comunidades autossuficientes que vivem por e para o meio natural. Elas são localizadas prioritariamente em áreas rurais e seus habitantes constroem sociedades baseadas na cooperação, no autoconsumo, nas energias renováveis e nos materiais ecológicos. Além do princípio da autossuficiência, portanto, a sustentabilidade é entendida no seu sentido mais profundo.

¹⁶O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise. O androcentrismo, literalmente, está relacionado à noção de patriarcado. Ver aprofundamento do tema em Grecco (2018).

Dias *et al.* (2017) afirmam que a noção de sustentabilidade se encontra largamente apropriada pelo capitalismo, e, por exemplo, é utilizada como sinônimo de desenvolvimento sustentável, favorecendo um padrão de crescimento econômico questionável em detrimento da sustentabilidade ecológica e social. Para o autor, a sustentabilidade tem relação com “[...] continuidade temporal e, conseqüentemente, com responsabilidade nas ações, não só para com as gerações futuras, mas também com as atuais, e não só para com a humanidade como espécie isolada, mas como parte de um complexo sistema geobiofísico” (p. 81). Além disso, os ideais de sustentabilidade claramente incorporam também a qualidade dessa permanência, o que fica evidenciado, por exemplo, nas preocupações relativas à justiça social. Assim, as implicações práticas da busca pela sustentabilidade ainda são insuficientemente assumidas.

Roysen e Mertens (2018), ao fazerem um estudo sobre ecovilas no Brasil, concluem que o nicho das ecovilas, embora crie “espaços protegidos”, ao contrário do entendimento dominante, não está isolado dos processos políticos e sociais, sendo atores importantes a serem incluídos nos debates sobre os rumos para o desenvolvimento sustentável.

O que se constata, então, é que o enfoque sobre Ecovilas converge com a perspectiva epistêmico-teórica da abordagem territorial do desenvolvimento, em especial pela sua ênfase na sustentabilidade ecológica e social¹⁷.

Os enfoques sobre Sistemas Agroflorestais e Agroalimentares¹⁸

Entre os enfoques teóricos sobre desenvolvimento territorializado, é necessário destacar as abordagens a Sistemas Agroflorestais e Agroalimentares.

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) referem-se a concentrações de atividades produtivas caracterizadas pelo uso de plantas arbóreas, arbustivas e herbáceas, consorciadas com espécies agrícolas ou forrageiras, com ou sem a presença animal, mas obrigatoriamente associadas às espécies florestais, integradas territorialmente, gerando usos múltiplos do solo e, ao mesmo tempo, novas alternativas de trabalho e renda. Nos dois casos, o setor de serviços pode estar, ou não, integrado, por exemplo, com atividades relacionadas ao turismo (rural, histórico ou ambiental), à gastronomia e à hotelaria, além de empresas de consultoria ambiental, empresas de turismo ou de administração de serviços ambientais (May; Trovatto, 2008).

Entre os benefícios ambientais dos sistemas agroflorestais, destacam-se: (i) o fornecimento de *habitat* para espécies da fauna e flora; (ii) oportunizar alternativa mais produtiva e sustentável aos sistemas convencionais de exploração dos recursos naturais; (iii) constituir corredores ecológicos, trampolins ou zonas de amortecimento, favorecendo a conservação de espécies sensíveis da flora e fauna; e (iv) fornecer serviços ecossistêmicos como sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar, da água e do solo, além da conservação da biodiversidade (Radomski; Lacerda; Kellermann, 2014; Schembergue *et al.*, 2017)¹⁹.

Os SAFs aumentam a multifuncionalidade da agricultura, contribuindo não só para a soberania alimentar e produtiva de milhares de famílias, mas também para a economia

¹⁷Outras referências sobre o tema: Majerowics; Togashi; Valle (2017) e Cunha (2010).

¹⁸Retoma-se abordagem feita em Dallabrida (2017).

¹⁹Em específico sobre o tema biodiversidade e geossítios, duas publicações: Brilha (2005, 2016).

comunitária e a proteção da biodiversidade. Esses sistemas têm demonstrado resiliência a eventos climáticos extremos, além de que a propagação de SAFs de base agroecológica pode ter impacto positivo na subsistência, resiliência e soberania das comunidades agrícolas. O sucesso vai depender do uso de um conjunto de práticas que, além da diversificação de produtos, favoreçam o melhor uso dos recursos locais e valorizem o capital humano por meio de capacitações (Altieri; Nicholls, 2011).

Já os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial) referem-se a concentrações de produtores rurais e pequenas empresas de transformação alimentar ou de serviços, ancoradas territorialmente, tendo por base os ativos e recursos específicos de um território, cuja dinâmica de integração seja sustentada em parcerias entre atores públicos e privados. O conceito de Sial foi introduzido para ressaltar a capacidade de algumas comunidades de produtores agroalimentares na valorização dos recursos locais e o desenvolvimento de inovações resultantes das interações entre produtores, instituições locais e consumidores. O enfoque sobre SIAL, desde o início, foi considerado um instrumento de análise, ao estudar os processos de ancoragem territorial da produção agrícola e alimentar, considerando as especificidades dos territórios. Trata-se de processos em que as organizações socioeconômicas territoriais intervêm nos processos de produção, nos modos de valorização de recursos e também na construção de valor simbólico dos produtos e na valorização das representações dos consumidores (Muchnik; Sautier, 1998).

Nas abordagens teóricas sobre Sial, alguns autores destacam mais a ideia de criar um instrumento de desenvolvimento territorial baseado na identificação e ativação dos recursos específicos de um território. Outros dão destaque à articulação do setor produtivo com a dinâmica territorial do desenvolvimento, originando um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos (naturais e humanos) específicos do território, desde o ponto de vista da sustentabilidade (Fournier; Muchnik, 2012). Outros autores apontam, além dos fatores já lembrados, o sistema Sial como alternativa para a dinamização da agricultura familiar (Borges de Souza; Fornazier; Delgrossi, 2020)²⁰.

Ambos os enfoques – sistemas agroflorestais e agroalimentares – têm em comum a opção por uma abordagem sistêmica em relação aos sistemas produtivos, convergindo neste e em vários outros aspectos com a abordagem territorial do desenvolvimento. Mesmo não desconsiderando contribuições de outras abordagens relacionadas ao sistema produtivo dominante, como as que aqui são mencionadas, os enfoques sobre Sial e SAFs têm um apelo especial na perspectiva de superação do “paradigma do domínio da natureza próprio do complexo tecnocientífico hegemônico” (Puleo, 2019). É um passo importante para a superação da perspectiva “produtivista”. Aliás, esse é também um debate que precisa ser feito ao darmos destaque à abordagem territorial do desenvolvimento²¹.

As seis correntes teóricas apresentadas nesta parte do texto, como falado, em maior ou menor grau, têm convergências com a abordagem territorial do desenvolvimento e a concepção de desenvolvimento territorial. O aprofundamento desses enfoques teóricos, bem como o

²⁰Perafán *et al.* (2022), com um conjunto de textos de pesquisadores do Brasil e países da América Latina, abordam o tema Sial como alternativa de desenvolvimento territorial no âmbito da agricultura familiar. Ver também Grass-Ramírez; Cervantes-Escoto; Palacios-Rangel (2016), com uma abordagem metodológica sobre Sial.

²¹Ver abordagem deste tema em: Dallabrida; Benedetti (2016).

relato e a análise de experiências práticas neles inspiradas, apresenta-se como um possível novo foco de estudo a ser realizado em outra oportunidade.

PARA FINALIZAR

Para concluir, ressaltamos que o expressivo número de artigos submetidos a esta Edição Especial e a qualidade dos que foram selecionados para publicação, atestam a assertiva dos editores da revista *Desenvolvimento em Questão* e do Comitê Editorial em sua proposição. As contribuições aqui propostas para o trato da temática da “abordagem territorial do desenvolvimento”, certamente irão ensejar diálogos profícuos na comunidade científica e no âmbito dos profissionais que trabalham com o tema no universo de suas práticas cotidianas de produção de diagnósticos, planejamento e execução de políticas públicas de desenvolvimento.

Como resultado principal, esperamos que nossos estudantes da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) passem a dar uma atenção especial à base epistêmico-teórica apresentada nesta edição para fundamentar suas análises empíricas em municípios, regiões e territórios. Uma boa leitura a todos.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. O potencial agroecológico dos sistemas agroflorestais na América Latina. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 31-34, 2011.
- BAGNASCO, A. *Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Torino: Il Molino, 1977.
- BALESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 39-52, nov. 1999.
- BORGES DE SOUZA, A.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. 1-20, 2020.
- BRILHA, J. Inventory and quantitative assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a review. *Geoheritage*, v. 8, n. 2, p. 119-134, 2016.
- BRILHA, J. *Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage Editores, 2005.
- CARRIÈRE, P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, v. 1, n. 1, p. 13-47, jan./jun. 2003.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (coord.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- CUNHA, E. A sustentabilidade em Ecovilas: desafios, propostas e o caso da Ecovila 1 – ARCOO. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 4, n. 1, p. 113-126, jan./abr. 2010.
- DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.
- DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./set. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, ano 21, n. 59, p. 1-21, 2023a.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; ROTTA, E.; CARNIELLO, M. F.; MUELLER, A. A.; DENARDIN, V. F.; MENEZES, E. C. O.; ANDRADE, A. A. V.; GUMIERO, R. G.; NUNES, E. M. Multidimensional Index of Territorial Heritage Activation: a methodological reference for territorial strategic planning. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 44, n. 145, p. 37-59, jul./dez. 2023b.

DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas recentes na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 117-136, set./dez. 2016.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DIAS, M. A.; LOUREIRO, C. F. B.; CHEVITARESE, L.; MELLO E SOUZA, C. Os sentidos e a relevância das ecovilas na construção de alternativas societárias sustentáveis. *Ambiente & Sociedade*, v. XX, n. 3, p. 81-98, jul./set. 2017.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 5, n. esp. 1, p. 3-23, dez. 2014.

DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. Não somos “negros/as”, não somos “índios/as”: da descolonização africana à literatura indígena brasileira. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 24, n. 1, p. 236-251, jan./abr. 2022.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios: para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. *Revista Brasileira e Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. 1-29, 2022.

FAVARETO, A.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; CARDOSO, R. C.; BUZATO, H.; SEIFER, P.; MORALES, R. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Inovação, Gestão e Sustentabilidade – ReGIS*, v. 1, p. 13-33, 2015.

FOURNIER, S.; MUCHNIK, J. El enfoque “SIAL” (Sistemas Agroalimentarios Localizados) y la activación de recursos territoriales. *Agroalimentaria*, v. 18, n. 34, p. 133-144, enero/jun. 2012.

FURTADO, C. *A nova dependência*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

GRASS-RAMÍREZ, J. F.; CERVANTES-ESCOTO, F.; PALACIOS-RANGEL, M. I. Elementos metodológicos para el fortalecimiento del enfoque de Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL). *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 13, n. 1, p. 63-85, enero/marzo 2016.

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao *homo economicus*. *Temáticas*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, ago./dez. 2018.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: PPGG/UFF, 2021.

HERNÁNDEZ, C. O. Gênero e meio ambiente: a construção do discurso para o desenvolvimento sustentável. *Ambiente y Desarrollo*, Bogotá, v. XIV, n. 26, p. 13-33, enero/jun. 2010.

LATOUCHE, S.; NOHRA, F.; ZAQUAL, H. (org.). *Critique de la raison économique*. Introduction à la théorie des sites symboliques. Paris: L’Harmattan, 1999.

MAGNAGHI, A. La bioregione urbana, strumento multidisciplinare del progetto eco-territorialista. In: MAGNAGHI, A.; MARZORCCA, O. *Ecoterritorialismo*. Firenze: Firenze University Press, 2023, p. 89-102. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/74800>. Acesso em: 29 jul. 2024.

- MAGNAGHI, A. *Il principio territoriale*. Turim: Bollati Boringhieri Editor, 2020.
- MAJEROWICS, I.; TOGASHI, R.; VALLE, I. (org.). *Ecovilas Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bambual, 2017. p. 136-139.
- MARTÍNEZ YÁÑEZ, C. Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio. *Cuad. Art. Gr.*, n. 39, p. 251-266, 2008.
- MARTINS, G. I. Da região natural à biorregião: a natureza como fundamento para a divisão do espaço geográfico. *Revista a Anpege*, v. 13, n. 21, p. 42-72, 2017.
- MARZOCCA, O. Territorialismo, eco-territorialismo, bioregionalismo: genesi, contesti, motivazioni. In: MAGNAGHI, A.; MARZOCCA, O. *Ecoterritorialismo*. Firenze: Firenze University Press, 2023, 1-15. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/74800>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. *Manual agroflorestal para a mata atlântica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Secretaria da Agricultura familiar, 2008.
- MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. *Systèmes agro-alimentaires localisés et construction de territoires*. Proposition d'action thématique programmée. Paris: Cirad, 1998.
- MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Luas Editora, 2021.
- MONTMELLER-FILHO, G. Ecomarxismo e capitalismo. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 28, p. 107-132, out. 2000.
- O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? *Papeles de población*, Año 6, n. 24, p. 9-35, abr./jun. 2000.
- PANHUYS, H. *Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- PERAFÁN, M. E. V.; SAUER, S.; LEITE, A. Z.; CANAVESI, F. C.; ÁVILA, M. L. (org.). *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022. [E-book]. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Desenvolvimento%20territorial%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- POLI, D. (ed.). *I servizi ecosistemici nella pianificazione bioregionale*. Firenze: Firenze University Press, 2020. Disponível em: https://media.fupress.com/files/pdf/24/4135/4135_24780. Acesso em: 29 jul. 2023.
- PULEO, Alicia H. Mulher, feminismo e ecologia. *Revista Eco 21*, v. 1, ed. 1997.
- PULEO, A. H. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. Tradução Carlos Fils Puig. *Em Construção: Arquivos de Epistemologia Histórica e Estudos de Ciência*, n. 5, p. 163-173, 2019.
- RADOMSKI, M. I.; LACERDA, A. E. B.; KELLERMANN, B. *Sistemas agroflorestais: restauração ambiental e produção no âmbito da Floresta Ombrófila Mista*. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2014. p. 9-47. (Documentos 276).
- RIVERA CUSICANQUI, S. R. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos sobre un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- ROYSEN, R.; MERTENS, F. O Nicho das Ecovilas no Brasil: comunidades isoladas ou em diálogo com a sociedade? *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, p. 99-121, 2018.
- SCHEMBERGUE, A.; CUNHA, D. A.; MATOS CARLOS, S.; PIRES, M. V.; FARIA, R. M. Sistemas agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 55, n. 1, p. 9-30, jan./mar. 2017.
- SILVA, W. A. Biorregionalismo: conceito e aspectos. *Revista GeoSertões*, v. 6, n. 12, p. 70-82, 2023.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, p. 479-505, 2018.
- SHIVA, V. *Abraçar a vida: mulher, ecologia y supervivencia*. Tradução Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 1, p. 61-70, jul./dez. 2000.
- SILVA, M. L. Decolonialidade como dádiva: o mito do pretérito mais que perfeito. *Educação e Filosofia*, v. 38, art. 66188, p. 1-49, 2024.
- THIOLLENT, M. Apresentação. In: ZAOUAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 7-11.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

ZAQUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010.

ZAQUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COOPE: UFRJ, 2006a.

ZAQUAL, H. *Management situé et développement local*. Paris: l'Harmattan, 2006b.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

